

# Primeira Região

em revista

Veículo informativo do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região - Ano V - n.º 49 - setembro 2014

ISSN 2238-3476



## Experiência que vale o futuro



QUANDO UMA OPORTUNIDADE DE ESTÁGIO  
É DECISIVA NA ESCOLHA DA CARREIRA

ESTUDANTES ENCONTRAM NA JUSTIÇA FEDERAL  
DA PRIMEIRA REGIÃO APRENDIZADO E MOTIVAÇÃO  
PARA SEGUIR CARREIRA PROFISSIONAL



### JUSTIÇA EM NÚMEROS

Primeira Região avança em  
2013 e julga 4,6% processos  
a mais que em 2012



### PAe

Servidores do MA, PA, RO  
e AM recebem treinamento  
sobre o SEI

# Parceiros da conciliação

NÚCLEO CENTRAL DE CONCILIAÇÃO DO TRIBUNAL INICIA MAIS UMA ETAPA DA PARCERIA COM A CAIXA ECONÔMICA PARA DESISTÊNCIA DE RECURSOS E AMPLIA PROJETO COM A FAZENDA NACIONAL

THAINÁ SALVIATO

Desde o dia 9 de setembro, uma equipe de advogados da Caixa Econômica Federal (CEF) passou a trabalhar de forma permanente em sala equipada dentro do Núcleo Central de Conciliação (Nucon), fazendo a triagem dos processos que chegam ao TRF da 1.ª Região. O objetivo é analisar a possibilidade de conciliação ou de desistência dos recursos em que a matéria já esteja sumulada ou pacificada.

O projeto visa justamente reduzir a litigiosidade da Caixa com a sociedade, diminuindo o número de processos no TRF1, liberando a atuação judicial para os casos de maior relevância econômica e institucional. “A CEF está com o projeto na Coordenadoria de Recursos (Corec) para desistir de recursos por meio da conciliação. É um trabalho permanente, que não se restringe apenas à semana de conciliação. Nós queremos é fazer a conciliação como uma prática permanente, diuturna. É isso que nós estamos fazendo em parceria não só com a Caixa mas também com a Fazenda Nacional e com a Advocacia-Geral da União (AGU), enfim, com todos os entes públicos que estão aqui na esfera do Judiciário Federal em busca da negociação”, explicou a coordenadora do Sistema de Conciliação da 1.ª Região, desembargadora federal Maria do Carmo Cardoso.

Os advogados da Caixa têm acesso aos processos logo após seu registro no Tribunal e podem, então, ingressar com propostas de acordo ou pedidos de desistência. A concretização

desse trabalho contou com a participação fundamental dos representantes da CEF, Ildemar Egger Júnior, advogado-gerente do Jurídico Regional de Brasília; Leonardo da Silva Patzlaff, coordenador jurídico de Tribunais, e Alexander da Silva Moraes, advogado coordenador jurídico de Conciliação e Projetos Especiais. “Esse projeto visa diminuir a litigiosidade da Caixa com a sociedade, e especialmente reduzir o número de processos no TRF, estancando novos recursos, e com isso concentrar a atuação nos casos de maior relevância econômica e institucional”, destacou Ildemar Egger Júnior.

Leonardo da Silva Patzlaff explicou que o projeto teve início nos tribunais superiores, onde foram identificadas as



Advogados da CEF falam sobre a parceria para desistência de recursos no Tribunal



matérias com entendimento já pacificado, objeto de súmula no próprio tribunal superior, ou os casos em que a própria CEF avançou quanto ao entendimento pacificado e elaborou a súmula administrativa, que dispensa seus advogados de recorrerem. "Ao final do trabalho no Supremo Tribunal Federal (STF), nós deixamos apenas 29 recursos da CEF como recorrente, em um universo em que já chegamos a ter mais de 100 mil recursos, à época dos planos econômicos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). O reflexo positivo desse trabalho nos tribunais superiores fez a CEF trazer o projeto também para os TRFs, para que aqui nós também possamos acompanhar a jurisprudência e desistir de recursos em matérias já pacificadas", afirmou.

O advogado ressaltou que a conciliação é sempre o foco para tentar resolver o problema de forma amigável, para que todos saiam ganhando. Se isso não for possível, a intenção é que fiquem no TRF1 apenas aqueles processos cujas discussões exigem maior atenção das Turmas, das Seções e da Corte Especial. "A intenção é diminuir cada vez mais a nossa quantidade de recursos. A redução de litigiosidade é geral, tanto para a conciliação quanto para efeito de recursos", explicou.

O advogado coordenador jurídico de Conciliação e Projetos Especiais da CEF, Alexander da Silva Moraes, lembrou que as ações da Caixa em parceria com o Tribunal para redução de recursos foram iniciadas em 2012, quando aconteceu um mutirão de desistências em que quase cinco mil processos foram avaliados, atingindo a marca de cerca de três mil desistências. Em 2013, outro mutirão foi realizado, dessa vez com ações provenientes de Minas Gerais, onde foram avaliados cerca de 1.200 processos e um grande número de desistências foi atingido.

"O que estamos implantando aqui agora é algo mais sistematizado. A CEF tem o interesse de fazer a análise de todos os recursos que chegam ao Tribunal com esse foco na desistência de eventuais recursos em que ela recorre ou é recorrida". Alexander destaca, ainda, que esse trabalho, agora, será feito de forma permanente no Tribunal.

A parceria do TRF da 1.ª Região com a Caixa consolida uma política de conciliação efetiva que se iniciou com processos do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e hoje se estende para outras áreas. "Nós ainda continuamos com uma política agressiva de conciliação no SFH para tentar viabilizar acordos em contratos habitacionais, mas hoje a CEF também atua de forma efetiva para a conciliação em matérias envolvendo contratos comerciais, como cheque

especial, Construcard, Fies, entre outros", explicou Alexander.

Além dessa iniciativa, a Caixa é parceira do Tribunal no Projeto "Quero Conciliar", em que qualquer parte pode solicitar que o seu processo seja encaminhado para tentativa de acordo. Funciona assim: caso a parte tenha interesse em tentar a conciliação, basta ler os termos de utilização e preencher o formulário disponível na página da Conciliação no Portal do TRF1 ([www.trf1.jus.br](http://www.trf1.jus.br)), informando os dados solicitados, e clicar em "Enviar". Mais informações sobre o "Quero conciliar" também podem ser encontradas na página do Tribunal no Facebook ([www.facebook.com/ascomtrf1](http://www.facebook.com/ascomtrf1)).



remetido, pelo e-mail ou endereço de correspondência, acima indicado, o resultado da análise, dentro das seguintes opções:

1. No momento, não há possibilidade de apresentação de proposta.
2. A proposta de acordo será apresentada nos autos, por meio de petição, e enviada por e-mail ao interessado, conforme, por petição, sua concordância ou discordância.

**Quero Conciliar**

Nome da Parte:  Nome

CPE/CNPJ da Parte:  CPE/CNPJ

E-mail:  E-mail

Telefone:  Telefone

Número do Processo:  Número do Processo

Endereço:  Endereço

Mensagem:  Mensagem

\* Campos Obrigatórios



Nucon do TRF1 recebe procuradores da Fazenda

## FAZENDA NACIONAL

No dia 17 de setembro, o Nucon recebeu a diretora de Gestão da Dívida Ativa da União da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), Anelize Almeida, e os procuradores regionais da Fazenda Nacional (PRFN) Cristina Luisa Hedler, Amanda Assis, Diogo Soriano e Paulo Gustavo Morais. O objetivo da reunião foi tratar da parceria entre o Tribunal e a Fazenda Nacional para a redução de processos de execuções fiscais em tramitação na Corte.

De acordo com a coordenadora do Sistema de Conciliação da Primeira Região, desembargadora federal Maria do Carmo Cardoso, o foco são execuções fiscais que estão paradas há muito tempo e que não vão resultar em nenhum retorno para a Fazenda Nacional. “São execuções de valores pequenos e que tomam tempo. A ideia é que a Fazenda Nacional possa analisar os processos e desistir de recursos que já estão no TRF1. Com isso, haverá com certeza uma redução muito grande de processos de execuções fiscais, de recursos em execuções fiscais no Tribunal. Hoje, o TRF1 se vê às voltas para julgar, por exemplo, uma apelação em que o valor inicial é R\$ 1.500,00 e que tramita desde 1995. O custo desse processo para a Fazenda, segundo levantamento feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), é de 20 mil a 30 mil reais. Então, é um



Diretora de Gestão da Dívida Ativa da União, Anelize Almeida; procurador regional da Fazenda, Diogo Soriano, e desembargadora federal Maria do Carmo Cardoso analisam processo durante a reunião

desserviço manter esse processo aqui”, declarou.

Na ocasião, os procuradores já solicitaram um levantamento das execuções fiscais em tramitação no Tribunal para que possam realizar um cruzamento de dados e verificar a possibilidade de desistência dos recursos. A diretora de Gestão da Dívida Ativa da PGFN, Anelize Almeida, ratificou que a Fazenda Nacional tem o interesse em conciliar, e que o “objetivo é, de fato, limpar os estoques de processos”. ■